

Eleições 2018
Partido dos Trabalhadores – PT/PA
Programa de Governo - Estado do Pará

“Apresentamos em 13 pontos uma estratégia para um Estado Social no Pará e no Brasil, em que investir em casa própria, na superação da pobreza, no trabalhador, em políticas sociais, culturais, em inclusão produtiva, sejam prioridades de governo. Vamos garantir como pilar da democracia a efetiva participação popular nos processos de consulta e decisão. Esta proposta quer retomar o Brasil de Lula e Dilma e se coloca em oposição ao golpe de 2016 e seu programa regressivo que impôs teto às políticas sociais, precarização do trabalho, desemprego, censura às manifestações populares e à liberdade de expressão, fortalecimento de movimentos fascistas e entrega das riquezas nacionais”.

Senador Paulo Rocha
pré-candidato ao Governo do Pará

PACTO POR QUEM MAIS PRECISA: *geração de emprego e renda no campo e na cidade*

1. Implementar um plano emergencial de empregos no Estado com o envolvimento da sociedade para a recuperação imediata da dinâmica econômica em todo o território paraense, **retomando as obras paralisadas** nos municípios e promovendo a geração de renda e a **inclusão produtiva e econômica** dos micro e pequenos empreendimentos, da economia solidária, da agrobiodiversidade, da agricultura familiar e das produções artesanais e manufatureiras locais.

REDE PARAENSE DE PROTEÇÃO SOCIAL: *ampliação e qualificação da rede de bens e serviços de saúde, educação e assistência*

2. Defender a educação pública, democrática e de qualidade para todos. Expandir as matrículas nos ensinos superior, técnico, profissional e médio, em todas as regiões do Estado; valorizar os trabalhadores da educação; assegurar qualidade e atenção às especificidades dos povos indígenas e quilombolas; democratizar a gestão educacional e escolar; valorizar o respeito às diferenças, aos temas de raça, classe, gênero e sexualidade, bem como a questão das deficiências; **Reconstruir o ensino médio** com a ampliação da oferta de matrículas, de estabelecimentos escolares, o respeito à diversidade de saberes e culturas que se contraponha à reforma autoritária em curso. Fortalecer a UEPA, com a ampliação do sistema de cotas, especialmente para negros e indígenas, como estratégia para a democratização do acesso.

3. Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) com saúde humanizada e de qualidade para todos os paraenses, assegurando o acesso organizado aos serviços, visando atendimento solidário, acolhedor, justo e resolutivo com a valorização dos trabalhadores e das equipes multiprofissionais, o fortalecimento do controle social e a gestão democrática e participativa. Fortalecer e apoiar a regionalização dos serviços de saúde em todo o Estado; ampliar, equipar e descentralizar as estruturas físicas hospitalares em todas as regiões; construir Centros Distritais de Saúde para atendimento de alta e média complexidade nos municípios de médio porte e criar estrutura de apoio a usuários do SUS que realizam Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Implementar a política de atenção à saúde indígena, das populações negra, ribeirinha, do campo e da floresta; LGBT, de rua, com privação de liberdade; e de profissionais do sexo, baseado no cuidado integral, com observância às práticas de saúde e às medicinas tradicionais, com controle social, e garantia do respeito às especificidades culturais. **Criar o Multicampi de Saúde** a fim de inserir os estudantes de graduação e pós-graduação, com a finalidade de qualificar a formação do estudante e profissionais de saúde e fortalecer a integração ensino e serviço. Ampliar as vagas nos cursos de residência em saúde multiprofissional com foco na estratégia Saúde da Família.

4. Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e suas instâncias de participação e controle social. Apoiar e orientar a rede de Proteção Social Básica. Promover projetos de geração de emprego e renda para pessoas e famílias em vulnerabilidade social e econômica, rural e urbano, prioritariamente jovens, pela inclusão sócioprodutiva e soberania alimentar com base na economia solidária.

PARÁ MAIS HUMANO E JUSTO: *Promoção da igualdade de gênero, étnico racial, criança e adolescentes, juventude, idosos, pessoas com deficiência e pessoas LGTBT*

5. Superar a cultura do ódio, do machismo, do racismo, da lgtfobia e da opressão que permeiam a cena social e política do Estado. O governo vai trabalhar para aumentar significativamente a presença das mulheres e de negras/os nas instâncias de decisão do Poder Executivo. **Fortalecer e consolidar a política estadual de promoção da igualdade racial** definida no Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, priorizando o enfrentamento radical do genocídio da população negra, reduzindo a mortalidade e o encarceramento dessa população;

6. Promover autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho para as mulheres; o direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, respeitando suas especificidades políticas, culturais, geracionais, sociais e o território onde vivem. **Reduzir e buscar superar vulnerabilidades** das crianças, das mulheres e dos idosos, das pessoas com trajetória de rua e desenvolver políticas voltadas às pessoas com deficiências. Promover ações de cultura, saúde, mobilidade urbana, moradia, esporte e lazer de forma integrada e articulada, tendo como eixo o jovem e o território, contemplando as juventudes e as diversidades, étnico-raciais, de gênero, culturais e regionais.

SEGURANÇA PÚBLICA: *promoção da paz e proteção à vida*

7. Construir uma nova visão institucional, promotora da vida e dos direitos humanos, sustentada em ações conjuntas e coordenadas entre governo do Estado, Defensoria Pública, Ministério Público, Judiciário, municípios, gestores e cidadãos articulados em uma rede integrada de segurança pública. Serão prioridades combater o narcotráfico e o tráfico humano e de armas; enfrentar a violência no campo; garantir o tratamento humanizado das pessoas privadas de liberdade e encarceradas, por meio de políticas de formação profissional, promoção cultural e educação, articuladas com o sistema de proteção social do Estado. Contribuirá para a segurança cidadã a promoção de infraestruturas e serviços de iluminação pública nas cidades e comunidades do interior, em parceria com os municípios;

8. Valorizar os agentes de segurança pública - policiais, peritos, agentes e técnicos do sistema penitenciário – em sua missão de proteção à vida, com políticas de cargos e salários; ampliação do efetivo de policiais civis e militares visando equilibrar a presença desses profissionais em todas as regiões do Pará; política de formação continuada, em especial para a ação comunitária, cooperação e cidadania; reativação do plantão 24 horas nas Seccionais Urbanas; provisão de novos equipamentos e investimentos em inteligência.

PACTO PELO PROTAGONISMO ECONÔMICO DO ESTADO DO PARÁ: *novo modelo de desenvolvimento democrático, inclusivo, sustentável e inovador*

9. Promover a transição do modelo primário-exportador para um desenvolvimento de conteúdo local, com estímulo à verticalização do conjunto da sociobiodiversidade, forte integração com os municípios e diversificação e ampliação das bases produtivas, gerando um ciclo de dinamismo na indústria, serviços, agricultura, pesca e turismo. Fortalecer as cadeias produtivas da fruticultura, da mandioca, do mel, dos fitoterápicos, dos biocosméticos, das essências florestais, da piscicultura, da avicultura, da suinocultura, da ovinocultura, etc. Estimular a agroecologia e a produção orgânica, incluídas as atividades extrativistas e agrossilvipastoris dos agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais, incentivando a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos.

10. Implementar novo modelo de financiamento do desenvolvimento do Pará, atuar de forma ativa para reduzir as assimetrias na distribuição de recursos fiscais presentes no atual pacto federativo. Reformar a política tributária do Estado buscando justiça e equidade. Criar mecanismo para redução do tributo estadual que incide sobre a taxa de energia e combustível cobrada dos pequenos e médios empreendedores; fazer revisão das regras tributárias sobre a gestão dos fundos setoriais e os benefícios gerados; lutar pelo fim da desoneração tributária das exportações minerais. **Construir uma estratégia de conteúdo local e compras governamentais** por meio de condições financeiras incentivadas, visando o enraizamento das capacidades produtivas do Estado; incentivar e fortalecer o cooperativismo. O Banpará adotará novos critérios de financiamento para micro e pequenos empreendimentos e buscará a integração equilibrada do estado, regiões e municípios para promoção do viver bem dos paraenses.

11. Dotar a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) de responsabilidade estratégica no desenvolvimento do Estado, com a ampliação do investimento em ensino, pesquisa e extensão, do corpo docente e técnico-administrativo e por meio da ampliação de recursos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico. UEPA e FAPESPA serão responsáveis por ampliar e consolidar canais de diálogo junto às instituições de ensino, pesquisa e fomento com o objetivo de produzir conhecimento de forma articulada e integrada visando o desenvolvimento do Pará. A infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado será fortalecida com amplo acesso à banda larga, potencializando a transparência pública e a inclusão digital.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA: *meio ambiente, saneamento e infraestrutura para a cidadania do século XXI*

12. Alcançar o desmatamento líquido zero. A transição ecológica possibilitará enfrentar, a partir de um novo modelo produtivo, o desmatamento, as atividades madeireiras e queimadas ilegais, a expansão desordenada da pecuária e da soja, bem como a implantação de grandes projetos minerais, energéticos e viários. Promover uma nova cultura assentada na democracia, na igualdade e em uma relação ecológica equilibrada entre o ser humanos e a natureza inspirada no profundo conhecimento dos povos do campo, das florestas e das águas, que assumem um papel protagonista no uso sustentável da água, da terra e da sociobiodiversidade. **Criar oportunidades para o enorme potencial da sociobiodiversidade, das novas tecnologias, sistemas, serviços e produtos associados às energias renováveis e a todo tipo de solução e produção sustentável.**

13. Enfrentar, em articulação com os municípios, os enormes desafios da infraestrutura urbana - como saneamento, mobilidade, moradia e outros - focando na oferta de respostas ambientalmente sustentáveis e na geração de emprego e renda. Implementar o Estatuto da Metrópole. Promover a mobilidade fluvial e urbana como mecanismo de maior circulação de pessoas e de escoamento de mercadorias intramunicipais e regionais, buscando modicidade tarifária, acessibilidade, conforto e segurança. **Resgatar o papel da Cosanpa como empresa pública** responsável pela captação, tratamento e distribuição de água, tanto para consumo humano como para irrigação de lavouras como para uso industrial e agropecuário. Incentivar o fortalecimento dos Serviços Municipais de Água e Esgoto; estimular e promover a recuperação de nascentes e outras fontes de água natural e implementar programa de prevenção e mitigação de desastres naturais.